

A REPÚBLICA NO BRASIL

J. BERNARDO CABRAL

Sumário: 1. A passagem da Monarquia para República: principais fatores que a determinaram (por exemplo: a questão militar, a questão religiosa, a guerra do Paraguai, a abolição da escravatura, o problema econômico). O papel do Congresso, ao tempo do Império. A opção republicana pelo presidencialismo. O modelo norte-americano e sua tradução no presidencialismo brasileiro. 2. As patologias e as crises do presidencialismo brasileiro; o crescimento exacerbado da União Federal e do Poder executivo; os momentos críticos: Floriano x Deodoro, Bernardes, 1930, 1946. O "parlamentarismo de João Goulart e a restauração presidencialista. O Presidencialismo após 1964. As Forças Armadas e o presidencialismo no Brasil. 3. O parlamentarismo como opção viável para o Brasil.

1. A objetividade e imparcialidade, que a perspectiva histórica possibilita, tornam viável, nos dias presentes, uma avaliação mais exata das circunstâncias que presidiram, entre nós, o destronar da Monarquia e a adoção do regime republicano. E uma plêiade de historiadores, brasileiros ou não, refletindo sobre a época histórica em questão, tem, a quase unanimidade, concluído de forma uníssona: ao contrário do que registrado em muitos outros confins, não se acusou, entre nós, uma censura ideológica, que tornasse a Monarquia um dado insuportável.

Dir-se-ia mesmo que ela terminou muito mais por erros de cálculo e equívocos pessoais, que geraram reações do mesmo nível que por intolerabilidades institucionais. Nem mesmo a tensão dialética Parlamento-Coroa atingiu, em momento algum, os níveis agudos que, em outros países, fermentaram o fortalecimento da aspiração parlamentarista e o enfraquecimento do centralismo decisório.

A composição do Congresso era marcadamente reveladora da predominância, em seus quadros, de uma elite, que só tinha a beneficiar-se do sistema da Monarquia, e da relativa impunidade, ou irresponsabilidade jurídica, que o envolvia.

Apontam-se, é verdade, vários incidentes ou eventos históricos, como formadores do caldo de cultura, em que a República acabaria por crescer e afirmar-se. Assim, se referem, por exemplo, à questão “Christie”, ou mesmo à questão religiosa.

Ora, a primeira, por si só, tenderia a confinar-se em mero episódio disciplinar militar, revelador da impetuosidade da oficialidade jovem, mas incapaz de fazer o aluir das instituições monárquicas. E a segunda, com os meandros misteriosos que o conflito Igreja-Maçonaria propunha, teria, cedo ou tarde, uma inelutável vocação para a discrição antes que para o embate aberto.

No entanto, o antropólogo *CELSO CASTRO* afirma que foi um pequeno grupo de jovens oficiais que frequentava a Escola Militar, no Rio — e não os personagens consagrados pela historiografia oficial — o responsável pela conspiração do golpe e que, há 118 anos derrubou a monarquia e proclamou a República no País.

Já a crise religiosa assumiu importância em decorrência da conjuntura política brasileira. A instituição do PADROADO foi testada quando os Bispos de Olinda e Recife suspenderam as Irmandades religiosas que se referiam à Maçonaria e às sociedades secretas. A *prisão* destes bispos afastou a Igreja do Império.

O que parece não haver dúvida é que Benjamin Constant, tenente-coronel e professor de matemática da Escola Militar, teria sido atraído pelos seus alunos chamados de “representantes da mocidade militar” e se transformado no grande ideólogo da República.

Creemos que o passo decisivo, que instabilizou o regime, há que ser buscado no despertar, em nosso Exército, de um espírito afeiçoável ao exercício do poder. E tal despertar se deu, por sem dúvida, na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Data de então a consciência, por parte do Exército, de sua importância, estrutural e, por consequência, de seu poderio institucional.

Aqui abro um parêntesis para lembrar que com a abdicação de Pedro I (1831) em favor de seu filho Pedro Alcântara (6 anos de idade) Câmara e Senado criam a Regência Trina que governa o País. Sob pressão da Inglaterra o Parlamento brasileiro aprova lei proibindo o tráfico de escravos, que seriam declarados livres assim que pisassem no país. Mesmo assim, o tráfico continuava a existir e a medida do Parlamento ficou conhecida como “lei para inglês ver”.

1834 — Ato Adicional à Constituição cria a Regência Una — eleito no ano seguinte o PADRE DIOGO FEIJÓ.

1837 — Pedro de Araújo Lima é eleito para a Regência Una.

1840 — O Parlamento decreta a antecipação de maioria de Pedro Alcântara, de 14 anos, Araújo Lima renuncia ao cargo de regente.

A essa altura, correu de boca em boca a seguinte quadrinha popular:

POR SUBIR PEDRINHO AO TRONO

NÃO FIQUE O POVO CONTENTE

NÃO PODE SER BOA COISA

SERVINDO COM A MESMA GENTE

1841- D. Pedro II é coroado Imperador.

1843- Casamento do imperador com a princesa Teresa Cristina, de linhagem austríaca.

2ª Metade do Século XIX — 1ª fase 1844-70

- TARIFA ALVES BRANCO — 1844

A substituição do livre comércio pelo protecionismo. Os produtos estrangeiros pagariam nas Alfândegas 30% e os que tivessem similares nacionais 60%.

- A abolição do Tráfico Negreiro (1850)

(LEI EUZÉBIO DE QUEIRÓZ) — eliminou o tráfico da África para o Brasil.

Volto ao tema, quando ficou personificado no soberano a origem de todo o mal.

Uma vez espicaçado tal estado de espírito, bastará uma fagulha, para que o braseiro entre em combustão. E esta fagulha — mais que isso, verdadeira bomba incendiária — adviria com a abolição da escravatura: a incipiente burguesia econômica, a nascente plutocracia rural viu, ali, grave ameaça a seus privilégios.

Estava pavimentado o caminho que conduziria à aliança da força militar com a força econômica, episódio mais tarde tantas vezes repetido, forjada para a derrubada não tanto da Monarquia, mas do monarca. E tanto assim foi, que anedotas, algumas picarescas em demasia, cercam os momentos que impeliram um renitente Deodoro a proclamar a República. E tanto assim foi que adotamos um modelo presidencialista muito mais próximo da Monarquia ortodoxa, do que da acenada república democrática. E tanto assim foi que, por primeira vez, nos afastamos das inspirações francesas, e nos refugiamos numa adaptação “tupiniquim” do presidencialismo norteamericano.

Faço, agora, um breve comentário sobre Deodoro da Fonseca, a partir do seu pai, Manuel Mendes da Fonseca, que, também militar, atingiu o oficia-

lato aos 38 anos, participou de uma revolta contra o governo de Alagoas e foi reformado como tenente-coronel. Pai de oito filhos, todos seguiram carreira militar, sete participaram da Guerra do Paraguai, três nela morreram e outros dois feridos em combate, entre eles Deodoro. Ele se envolveu com a chamada “questão militar” e foi um defensor extremado dos interesses da corporação

“Era um militar de porte altivo, gestos largos, vaidoso na aparência e no vestir. Demonstrava seus conhecimentos de latim e do idioma francês, além de recitar trechos inteiros das “Bucólicas”, de Virgílio, e de “A arte de Amar”, de Ovídio, em latim. Dizia-se que ele não deixava o seu sobrado no Campo de Santana sem antes perfumar a barba grisalha com fragrância de violeta.”

- Manoel Deodoro da Fonseca, 62 anos.

- Por outro lado, sofria ele de habituais ataques de falta de ar, e quem o tratava era seu irmão, oficial-médico João Severiano.

O historiador Ernesto Pena documentou o seguinte diálogo entre o Marechal e Benjamin Constant, então Ministro de Guerra:

- *O senhor é um traidor — disse Deodoro a B. Constant.*

- *Responde Constant:*

- *Não seja tolo. O senhor é marechal de papelão.*

Eu nunca tive medo de monarcas de carne e osso, quanto mais de marechal papelão.

“Interessante registrar que ao renunciar à Presidência da República disse Deodoro que naquele instante estava “liberto o último escravo do Brasil”.

“Por essa época ficou tomado de ódio pelos colegas militares, ressentimento que carregou no caminho da morte.

“Esse testemunho determinou que fosse enterrado à paisana, sem homenagens. É que o seu uniforme ele mandou colocar numa lata lacrada e, por vontade testamentária, quis ser enterrado vestido à paisana.”

Retomo o curso da minha exposição: com isso pretendíamos, à brasileira, casar nossa já visível nostalgia monárquica, com as proclamadas visões de modernidade que a república ensinaria.

2. O Presidencialismo brasileiro é filho direto e dileto da Monarquia.

Cabe ressaltar que jamais houve na História do país uma ruptura política tão inesperada, eis que na véspera daquela 6ª feira, 15 de novembro de 1889, ninguém poderia prever que o reinado viria abaixo. E mais: “o dia 15 foi repleto de lances de confusão, de líderes hesitantes e de liderados que acreditaram em boatos e saíram de quartéis pensando que estavam apenas derrubando o ministério.”

É conhecida a frase que Aristides Lobo, em artigo escrito no próprio dia 15 para o “Diário Popular” — e só publicado na 2ª feira, dia 18 — sublinhou sobre a proclamação da República: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem saber o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada militar”.

Interessante é que Rui Barbosa, Benjamin Constant e outros nomes de destaque não eram republicanos convictos. Tanto assim que Rui Barbosa chegou a declarar: “fiz-me republicano nos últimos três ou quatro dias da monarquia, quando a sua situação me fazia portador da responsabilidade que eu, pela agitação na imprensa, havia assumido. Fui republicano para não correr de uma situação na qual havia tomado parte, pela energia com que, pelas colunas de um jornal, o ‘Diário de Notícias’, combatia um regime decaído”.

Preocupado em não ser considerado um oportunista pela sua adesão ao credo republicano nas vésperas da proclamação, enfatizou: “Não tenho a honra de pertencer aos republicanos históricos. Sou dos republicanos da hora, mas da hora em que houve perigo. E no perigo estava eu, com minha vida, com minha cabeça”.

Rui fez questão de salientar que o tipo de monarquista que ele era, antes de apoiar o movimento republicano, tinha razão direta com o que na Inglaterra se chamava de “oposição de Sua Majestade”. Que, segundo ele, era uma oposição constitucional que, em matéria de reformas, não ultrapassava a raia traçada pela sanção do próprio Imperador. E colocava em relevo: “Sinceramente monarquista era eu, a esse tempo. Bati-me contra a monarquia sem deixar de ser monarquista. Não por admitir preexcelências formais desse ao outro sistema de governo — visível preconceito apenas digno de fanáticos, ignorantes, ou tolos — mas porque a monarquia parlamentar, lealmente observada, encerra em si todas as virtudes preconizadas, sem o grande mal da República, o seu mal inevitável”.

Curiosamente, no dia 16 de novembro, Rui é nomeado Ministro da Fazenda do Governo Provisório, tendo recusado — é bem verdade — de ter sido Ministro no regime Imperial, integrando o Gabinete do Visconde de Ouro Preto.

Neste passo, merece lembrado a resposta de Rui Barbosa quando lhe indagaram qual a receita para enxugar a máquina estatal, logo após a sua posse no Ministério da Fazenda:

“Cortemos energicamente nas despesas. Eliminemos as repartições inúteis. Estreitemos o âmbito ao funcionalismo, reduzindo o pessoal e remunerando-lhe melhor o serviço. Moralizemos a administração, norteados escrupulosamente o provimento de cargos do Estado pela competência, pelo mere-

cimento, pela capacidade. Cinjamo-nos, na criação de serviços novos, à necessidade absoluta. Fugamos do filhotismo republicano, transformação imoral e funesta do antigo nepotismo monárquico. Se procedermos assim, teremos meio caminho vencido para a reforma das nossas finanças, a reconstituição de nosso crédito e a fecundação das nossas forças vitais”.

Todavia, os Ministros mais fortes no Governo Provisório de República foram:

— *Campos Sales*, 48 anos, advogado de Campinas, filho de uma família de fazendeiros e republicano histórico. Mas só conheceu o Marechal Deodoro da Fonseca, pessoalmente, na noite de segunda-feira, 18 de novembro.

Ministro da Justiça.

— *Aristίδes Lobo*, 51 anos, paraibano, formado em Direito. Integrava a ala radical dos republicanos.

Ministro do Interior.

— *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*, 53 anos, tenente-coronel e professor de Matemática, ideólogo da República, teve como inspiração seus alunos, cadetes nas escolas militares, chamados de representantes da “mocidade militar”. “Ordem e Progresso” era o seu lema.

Ministro da Guerra.

— *Quintino Bocaiuva*, 52 anos, jornalista, fundador e dirigente do Partido Republicano Brasileiro. Nasceu com o sobrenome Sousa, mas adotou o Bocaiuva, do tupi, para afirmar-se como nacionalista. Foi quem fez a ligação entre civis e militares na conspiração republicana.

Ministro dos Negócios Estrangeiros (que foi rebatizado de Ministério das Relações Exteriores).

Quanto aos nossos primeiros presidentes, historicamente foram personalidades que, ao tempo do reinado, haviam ocupado postos de relevância. Nessa qualidade, freqüentemente identificavam as fraquezas estruturais, dos últimos tempos da Monarquia, ao parlamentarismo, à divisão (quase oposição), característica de então, entre o Gabinete e o Imperador.

Some-se a isso o fascínio do modelo norteamericano (presidencialista) e o nosso proverbial subdesenvolvimento cultural (naturalmente traduzido também na concepção de nossas instituições) e ter-se-á a gênese do *presidencialismo imperial*, que as vicissitudes e agruras de nossa vida político-econômica só têm adubado.

De braços dados com essa deformação, temos a também genética, pertinente à estrutura federativa. Não obstante a opção federativa, em verdade sempre fomos, politicamente, pragmaticamente, um estado unitário.

A supremacia da União estava presente na mente do próprio redator de nossa primeira constituição republicana. Mais que sugestivas as palavras de Ruy Barbosa, na sessão do Congresso Nacional de 16.12.1891:

“Senhores, não somos uma federação de povos até ontem separados, e reunidos de ontem para hoje. Pelo contrário, é da União que partimos. Na União nascemos. Na União se geraram e fecharam os olhos de nossos pais. Na União não cessamos de estar. Para que a União seja a herança de nossa descendência, todos os sacrifícios serão poucos. A União é, talvez, o único benefício sem mescla, que a monarquia nos assegurou. E um dos mais terríveis argumentos que a monarquia ameaçada viu surgir contra si, foi o de que o seu espírito centralizador tendia a dissolver a União pela reação crescente dos descontentamentos locais. Para não descer do Império, a República, a Federação, necessita de começar mostrando-se capaz de preservar a União, pelo menos tão bem quanto ele”.

“A questão, para nós que adotamos a forma federativa, a primeira necessidade, o ponto de partida de todas as necessidades, está em assegurar a existência independente da União Federal”.

“A União é a primeira condição rudimentar de nossa vida como nacionalidade”.

“Assentemos a União sobre o granito indestrutível: e depois será oportunidade então de organizar a autonomia dos estados com os recursos apropriados para sua vida individual”.

“Os que partem dos estados para a União, em vez de partir da União para os estados, transpõem os termos do problema... Partamos, senhores, desta preliminar: os estados hão de viver na União: não podem subsistir fora dela. A união é o meio, a base, a condição absoluta da existência dos estados”.

“A União deixou de ser a opressão sistematizada das localidades pelo centro. Sob o regime Federal, a União não é mais que a substância organizada dos estados, a individualidade moral constituída por eles, desenvolvendo-se pelo equilíbrio das forças de todos”.

“Não vejamos na União uma potência isolada no centro, mas o resultante das forças associadas disseminando-se equilibradamente até as extremidades”.

As mesmas vicissitudes, determinantes da acromegálica desenvoltura do Poder Executivo, também vieram a determinar a ênfase marcante que, historicamente, a União Federal experimentou.

A tudo isso ocorreria somar-se novo ingrediente: a importância crescente do Exército nacional, em nossa história. Como instituição armada federal, submetida ao Poder Executivo, o Exército necessariamente teria de ver sua

importância magnificada, à medida que a União e o Executivo se fortalecessem. Entretanto, não bastasse isso, alguns fatores endógenos, que os estudiosos, têm assinalado, também constituíram reforço à importância do Exército — e o somatório de tudo isso terminaria por animá-lo à assunção de um novo papel no Estado brasileiro.

Tais fatores endógenos merecem referência, breve que seja. E aí temos:

a- o caráter fechado da instituição, mais ou menos infensa, no seu dia-a-dia, ao trânsito aberto, com a comunidade. Isso permitiu ao Exército, através de muitas décadas de extrema mobilidade social, manter invejável coesão estrutural e ideológica;

b- o caráter tradicionalmente aberto da instituição nos seus modelos de captação dos seus integrantes. Isso possibilitou ao Exército crescer e expandir-se mais que as Armas congêneres, além de difundir, na população, importante aura de aceitação e apreço;

c- o constante treinamento da corporação, o que a coloca, bem como a seus integrantes, a cavaleiro das instabilidades sociais, ao contrário do que registrado quanto a outros segmentos sociais, também representativos, mas que se viram ultrapassados pelo ritmo dos acontecimentos.

Se somarmos a tais fatores endógenos dois outros, exógenos, entenderemos o motivo de ter, a partir de 1964, o Exército trocado o seu até então tradicional papel de Poder moderador, pelo desempenho da tarefa de tentar ser tutor e gestor da Nação.

Por outro lado, o momento mundial (marcado pela tensão Ocidente x Oriente, comunismo x capitalismo) e nossa dependência externa aos Estados Unidos (determinante do papel que exerceríamos na estratégia mundial) são também fatores endógenos que devem ser somados.

Houve, é certo, um instante de hesitação no Exército, e verdadeiro momento de transição em nossa história: a experiência “parlamentarista” de João Goulart. Recorde-se: o Exército não queria abandonar seu papel moderador; mas também não desejava mais entregar a chefia do Estado a qualquer civil. Daí a imposição de um parlamentarismo artificial, canhestro, inviável, que, ao primeiro instante, em que amainados os fatores de pressão, seria, como foi, novamente destronado pelo presidencialismo.

Necessário desfecho de todo esse panorama foi o Movimento de 1964 e o autoritarismo que ele desenvolveu. As crises de Deodoro, Floriano, Bernardes e Getúlio Vargas tinham sido superadas, sem arranhões ao poder civil, porque era outra a concepção do Poder, sustentada naqueles instantes.

Infelizmente em 1964 o desmesurado, paulatino e não controlado crescimento da União, e do Executivo, encontrou sua principal força armada — o Exército — doutrinarmente decidida a exercer novo papel.

Daí os instantes difíceis que atravessamos. Mas, ao sairmos, tivemos que usar a inventiva para prevenir futuras recaídas. Por essa razão, será imperioso buscar uma equação de poder que refreie a proverbial inclinação de nosso Executivo ao desempenho autocrático; e que implique a participação de toda a Nação, através de seus representantes, na condução da coisa pública. E é aí que surge a lembrança do Parlamentarismo, claro que autêntico, claro que muito diverso do adotado em 1961.

3. Cremos que o parlamentarismo é uma opção política viável, para assegurar a nosso país um futuro sem os acessos e recidivas dos golpes-de-estado periódicos, repetitivos e até previsíveis.

É imperioso que criemos mecanismo de difusão do poder e de magnificação do sentido do voto popular.

Creio que somente o parlamentarismo devolverá aos Estados-membros o peso específico que lhes deve caber, reduzindo a União ao que jamais deveria ter deixado de ser — elemento aglutinador e de coordenação, das forças e aspirações nacionais.

Isso porque o parlamentarismo reforçará o papel da vontade popular, manifestada através de repetidas consultas eleitorais, na formação dos escalões que devem conduzir o desempenho da atividade pública. E, como consequência — é ao menos nossa esperança — as corporações nacionais ficarão atreladas aos interesses nacionais e às aspirações populares, proclamadas no exercício freqüente e saudável do sufrágio universal.

Exatamente o inverso do que a nossa história, recente ou não, tem registrado.

Fontes Consultadas:

CABRAL / J. Bernardo — A República e o Parlamentarismo (1984)

GALVÊAS / Ernane — Arquivo particular

VEJA / Revista — (Edição Especial sobre o dia 15 de novembro de 1889)